

31 JAN 2013

# FOLHA DE LONDRINA

# Investigação de

# Barbosa

# ficará em Curitiba,

# diz TJ

**Depois de definição sobre competência estadual do "esquema gafanhoto", TJ agora confirma que caso de ex-prefeito segue para Capital**

O ex-prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), suspeito de envolvimento em suposto desvio de dinheiro na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, por meio de contratação irregular de assessores e divisão de salários em contas conjuntas, vai ser investigado pela Justiça de Curitiba.

A decisão é do desembargador José Carlos Dalacqua, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Barbosa, que ocupou a cadeira na AL em 2005 e 2006, e outros cerca de 80 deputados e ex-deputados, teriam participação no esquema que ficou conhecido como "gafanhoto", apurado inicialmente pelo Ministério Público Federal (MPF), há quase dez anos.

Conforme a FOLHA noticiou na semana passada, depois de ficar parado por três anos na Justiça Federal, o procedimento voltou para o TJ para nova distribuição. A decisão de reter o processo para a esfera

estadual foi do desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) Paulo Afonso Brum Vaz. A assessoria de imprensa do órgão disse que os dados são sigilosos e que não poderia dar detalhes da decisão, mas confirmou que o magistrado acatou entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que declarou a competência estadual no caso. Como Barbosa não tem mais foro privilegiado, o tribunal estadual definiu que "este Tribunal de Justiça não é mais competente para a apreciação do feito, posto ser competência do Juízo singular o julgamento de crimes cometidos por ex-prefeitos no exercício do mandato". A investigação deverá aproveitar o material coletado até aqui, segundo o Ministério Público (MP).

Barbosa Neto negou as irregularidades e se diz confiante na sua defesa, agora em primeiro grau. "Existem mais de 80 parlamentares nesta situação e todos passaram pelo mesmo padrão, pois era uma postura da Mesa Diretora da Assembleia." Ele se refere a depósito de salários de assessores em contas conjuntas. Segundo o ex-prefeito, "quem tem que explicar sobre isso (o esquema gafanhoto) são os diretores da época".

31 JAN 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## CRIME FÚTIL

### Juiz transfere adolescente acusado de matar menino

### Juiz determina transferência de jovem

Santa Mariana – O adolescente de 16 anos, suspeito de ter assassinado uma criança de 7 em Santa Mariana (Norte Pioneiro) após uma desavença por causa de uma pipa, deve ser transferido para o Centro de Socioeducação (Cense) I, de Londrina, ainda esta semana. A previsão é do delegado Michael Araújo. O jovem está em uma cela isolada na delegacia da cidade desde domingo.

O juiz Ermes da Fonseca Neto determinou ontem a transferência do adolescente, que deve ficar internado por 45 dias. Neste período, o magistrado deve decidir a punição ao jovem. Caso contrário, o menor pode ser liberado.

O rapaz teria esganado a vítima e apedrejado o corpo para dificultar a identificação. A família dele não havia constituído advogado até ontem. O juízo tem três dias para indicar um advogado de defesa. A audiência de continuação, quando são ouvidas as testemunhas de defesa e acusação, ainda não tem data marcada.

A mãe do garoto assassinado em Santa Mariana, a atendente de lanchonete Ana Carolina Colognese, de 26 anos, cobra justiça. Para ela, o jovem que matou o filho dela “deveria ficar preso por muito tempo”. Ela também corrigiu a informação, divulgada pela polícia, de que seria prostituta. “Sou trabalhadora e tenho duas filhas para sustentar”, salienta a mulher, que vive em Cambará (Norte Pioneiro).

31 JAN 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### Justiça cassa prefeito de Inajá

A Justiça Eleitoral de Parana-city (Noroeste) cassou o mandato do prefeito de Inajá (Noroeste), Alcides Elias Fernandes (PP), e do vice, Aldo Hashimoto (PMDB), acusados de compra de voto durante a campanha. A denúncia contra eles foi feita pelo candidato derrotado, Eduardo Cintra (PRB), que apresentou uma lista com dez supostas irregularidades cometidas por Fernandes e Hashimoto. Porém, foram apenas duas as situações que levaram a juíza eleitoral, Bianca Bacci Bizeto, a sentenciar os administradores. "Não se pode admitir que candidatos de qualquer facção política tentem se imiscuir na vontade do eleitor (...), pena de retornarmos ao coronelismo reinante no Brasil colônia", escreveu a magistrada ao acatar a acusação de que Fernandes teria pago R\$ 100 a uma eleitora.

Fernandes, que poderá ficar no cargo enquanto apresenta recurso ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), negou a acusação em entrevista à FOLHA. "São pessoas compradas pela oposição", disse em relação às testemunhas. "Ela mesmo disse no depoimento que não votou para mim", complementou. Outro fato considerado pela juíza foi o suposto pagamento de tratamento dentário para o filho de uma eleitora, utilizando-se de recursos públicos. "Até o dia

da audiência na Justiça, a pessoa que teria sido beneficiada nem sequer tinha feito o tratamento, não existiu compra", afirmou o prefeito, que ocupava o cargo de vice na gestão anterior.

Enquanto Fernandes segue no comando do Executivo de Inajá, a defesa do candidato derrotado deve apresentar hoje à Justiça um requerimento para que a sentença seja imediatamente cumprida, "e o prefeito deixe o cargo, sendo convocadas novas eleições", informou o advogado Gilson José dos Santos. Ele afirmou que também vai pedir a juíza a reforma parcial da decisão, para que as demais acusações apresentadas contra Fernandes sejam acatadas.

31 JAN 2013

**FOLHA DE LONDRINA**  
**MAZZA**

**Folclore**

Se o processo indenizatório que condenaria Cassio Taniguchi desapareceu da Vara da Fazenda Pública o que se pode esperar das nossas instituições? E isso não é preciso ir ao CNJ, basta que a Corregedoria local atue.

31 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Violência contra a mulher

*É necessário  
garantir que essa  
queixa realmente  
tramite no  
sistema policial  
e vire inquérito*

**C**asos de violência contra a mulher deixaram estarecidos os paranaenses neste mês de janeiro de 2013. Duas vítimas tiveram o corpo queimado por ex-namorado e marido, em duas localidades diferentes, Londrina e Curitiba. A moradora da capital não resistiu aos ferimentos e morreu em um hospital. Também em Curitiba, uma enfermeira sofreu estupro coletivo - os três agressores foram contratados pelo ex-marido. O machismo é apontado por especialistas como o principal motivador desses crimes que atingem todas as classes sociais, independente de condições financeiras e nível de escolaridade.

Reportagem publicada ontem pela Folha de Londrina mostrou que 28 mil boletins de ocorrência denunciando casos de violência contra mulheres foram registrados em 13 cidades do Paraná. Levando em consideração a população feminina desses municípios, concluiu-se que uma em cada 80 moradoras relataram um caso de agressão no ano passado.

Sabe-se que o número deve ser ainda

maior, pois há ocorrências que nem chegam a ser informadas à polícia. Muito se evoluiu nas últimas décadas quanto a crimes contra as mulheres - a aprovação da Lei Maria da Penha

é exemplo disso. Mas, muita coisa ainda precisa melhorar.

A conscientização da população é importante, porém, infelizmente, mudanças comportamentais levam tempo para acontecer. Por isso, a importância do Poder Público agir com eficiência. A Secretaria de Segurança do Paraná anunciou esta semana a implantação da Coordenação das Delegacias da Mulher para melhorar o atendimento às vítimas. Esse grupo terá muito trabalho pela frente.

É necessário garantir que as vítimas sejam recebidas nas delegacias por policiais preparados e engajados em não só preencher o Boletim de Ocorrência (BO), mas tomar providência para que essa queixa realmente tramite no sistema policial e vire inquérito. Vale ainda lembrar que essa garantia deve ser estendida a todas as mulheres dos 399 municípios paranaenses.

**31 JAN 2013**

**FOLHA DE LONDRINA  
TORNOZELEIRAS**

# **Presas de Londrina terão prioridade em monitoramento eletrônico**

Medida anunciada ontem pela Secretaria de Justiça pretende esvaziar carceragem do 3º Distrito Policial, hoje ocupada por 50 mulheres. Em todo o Estado, 1,6 mil encarcerados serão atendidos. Grupo abrange deficientes físicos, idosos e autores de crimes de baixa periculosidade. Licitação autorizada pelo governo deve ser concluída em três meses.

31 JAN 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Tornozeleiras

# devem esvaziar cadeia

### Seju garante que detentas de Londrina serão incluídas no primeiro grupo de presos monitorados

**Londrina** – A Secretaria Estadual da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, afirmou ontem que a adoção do monitoramento eletrônico de presos vai permitir o esvaziamento da carceragem do 3º Distrito Policial de Londrina, hoje ocupada por cerca de 50 mulheres.

Após divulgar no site do governo do Estado que o primeiro lote de tornozeleiras beneficiaria apenas presos residentes em Curitiba e na Região Metropolitana, a Secretaria da Justiça (Seju) decidiu rever a decisão e também incluir a região de Londrina, apontada em recente levantamento como a mais crítica do sistema prisional, com déficit de cerca de 1,6 mil vagas.

“As mulheres são muito importante para as famílias. Muita gente depende delas, inclusive os filhos”, afirmou Maria Tereza, lembrando que o perfil das presas paranaenses aponta que elas cometem crime muito menos graves do que os homens.

O processo licitatório já autorizado pelo governador Beto Richa (PSDB) deve ser encerrado em um prazo máximo de 90 dias, de acordo com Maria Tereza. De acordo com os critérios já estabelecidos pela Seju, as presas mulheres serão as mais beneficiadas nos primeiros lotes. Outros grupos também terão preferência como deficientes físicos, idosos e autores de crimes não violentos

e considerados de baixa periculosidade.

A secretária também informou à FOLHA que os presos monitorados pela tornozeleira terão que permanecer em prisão domiciliar. “É claro que vamos abrir exceções para aqueles presos que conseguirem um trabalho ou decidam estudar”, esclareceu.

De acordo com as consultas oficiais para a elaboração do edital, cada tornozeleira deve custar, no máximo, R\$ 540 por mês. Entre os modelos consultados pelo governo do Estado, o valor varia de R\$ 360 a 710. A secretária apostou em um deságio significativo neste valor na concorrência pública, o que pode baratear cada unidade para menos de R\$ 5 mil anuais.

A Seju também aposta nos mutirões carcerários. Maria Tereza reforçou a importância deles e o esforço que o Judiciário vem fazendo em Curitiba para atender todos os pedidos de revisão de pena e até de indulto. Ela classificou o procedimento como modelo para o sistema prisional brasileiro e disse que aguarda que haja a mesma capacidade de articulação do Judiciário em outras praças, inclusive Londrina.

Maria Tereza também ressaltou que os investimentos nas tornozeleiras não vão impedir gastos para a expansão do número de vagas no regime semiaberto.

31 JAN 2013

METRO

# Defesa de Carli Filho diz que há recursos para serem julgados

**Julgamento.** Advogado afirma que vai tentar fazer com que o ex-deputado seja julgado por homicídio culposo. Acusação argumenta que os recursos não têm efeito suspensivo

A defesa do ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho considera "prematura" a data do júri popular, marcada para 26 de março. Segundo o advogado Gustavo Scandelari, ainda existem dois recursos que não foram apreciados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília.

"Um é da acusação e o outro da defesa. O nosso é para que Carli seja julgado por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. Se esse recurso for aceito, o julgamento deve ser adiado", explica.

Além disso, ele argumenta que a decisão ainda não foi publicada oficialmente no Diário de Justiça. "Não fomos notificados até agora (ontem) e não temos conhecimento dos fundamentos e do conteúdo dessa decisão."

Já o advogado de acusação Elias Matar Assad, afirma que esses recursos não

**"É importante a Justiça Brasileira ter respondido com o júri popular. Pelo menos nesse caso, a sensação de impunidade é menor. A Justiça está sendo rigorosa e justa."**

CHRISTIANE YARED, MÃE DE UM DOS JOVENS MORTOS NO ACIDENTE

têm efeito suspensivo e que a data deve ser mantida.

Ele defende que há argumentos para que Carli Filho seja julgado pelo Tribunal do Júri por duplo homicídio com dolo eventual. "Temos provas, por meio de filmagens do restaurante, de que ele ingeriu vinho na noite do acidente, o que comprova a embriaguez. Do Instituto de Criminalística, temos a prova técnica de que Carli dirigia a cerca de 161km/h. E também temos prova documental



Acusação afirma que pena pode chegar a 20 anos | DANIEL CARON/METRO CURITIBA

de que ele estava com 130 pontos na carteira de motorista", comenta.

Carli Filho é acusado de ser o responsável pelo acidente de trânsito que terminou com a morte de

dois jovens, em 2009, no bairro Mossunguê.

31 JAN 2013

# METRO

## **Crime. Abagge deixará o TJ**

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinou que Beatriz Abagge, condenada pelo homicídio de uma criança em Guaratuba, litoral do Estado, em 1992, deixe de trabalhar no Tribunal de Justiça do Paraná. Ela atuava como terapeuta ocupacional, atendendo presos. Para justificar a decisão, o CNJ usou o princípio da moralidade administrativa.

31 JAN 2013

# JORNAL DO ESTADO

## COLOMBO

### Vara da Família

O Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba recebeu uma Vara da Família, ontem. A solenidade de instalação foi conduzida pelo presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfoury Neto. Colombo conta ainda com um Juizado Especial Cível e Criminal, duas Varas Cíveis, duas Varas Criminais, sendo uma da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

31 JAN 2013

# JORNAL DO ESTADO

OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

## Ex-prefeito é solto; Justiça acata denúncia do MP

A Justiça da Lapa (Região Metropolitana de Curitiba) acatou, ontem, denúncia do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), contra nove pessoas, entre elas o ex-prefeito da cidade, Paulo Furiati, e servidores municipais, por suspeitas de fraudes em licitações na área da educação. A decisão ocorreu no mesmo dia em que Furiati, depois de 18 dias preso, conseguiu liminar do Tribunal de Justiça para ser solto. O ex-prefeito pagou fiança de R\$ 30 mil.

Furiati foi preso dentro da operação Quadro Negro, junto com outras oito pessoas também foram presas, por segundo o Ministério Público, ter participado de um esquema que teria desviado cerca de R\$ 400 mil dos cofres públicos, e que incluía, além da prefeitura da Lapa, o município de Sarandi (região Norte).

Na denúncia, os promotores sustentam que os acusados se associaram para fraudar processos licitatórios que visavam contratar empresas pertencentes ou ligadas às pessoas investigadas, sempre na área de educação, com suspeita de direcionamento dos procedimentos licitatórios e de sobrepreço ou não execução de serviços, o que geraria o desvio de recursos públicos. As empresas investigadas são a Associação Nacional de Apoio aos Municípios (ANAM), Instituto Fox, Instituto Eco XXI e Instituto Brasileiro de Arte e Educação.

A liminar que permitiu a soltura de Furiati foi concedida pelo desembargador José Carlos Dalacqua. O caso ainda depende do julgamento do mérito, o que deve acontecer dentro de 30 dias. No despacho, o desembargador destacou que "(...) caso a magistrada singular verifique a necessidade de nova decretação da prisão preventiva do paciente por outros motivos, especialmente em decorrência da continuidade das investigações de sua possível participação em fraudes licitatórias em outros municípios, poderá tomar a medida a qualquer tempo (...)".

Segundo o promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, o esquema envolvia pessoas ligadas a institutos que abordavam gestores públicos da área de educação para fraudar licitações. "Eles procuravam secretários e diretores de secretarias oferecendo verbas em troca de promessas de trazer verbas da União para os municípios. Eles ofereciam vantagens aos servidores para que fossem realizados processos licitatórios e as pessoas jurídicas integrantes do esquema se sagrassem vencedoras", disse Costa ao G1. "Eles combinavam quem venceria a licitação, combinavam o preço da corrupção, combinavam a forma como se daria a fraude. Tudo isso foi angariado pela investigação", explicou o promotor.

Segundo ele, havia direcionamento das licitações para que apenas as empresas que participavam pudessem participar. "A exigência técnica era absurda, de forma que não existia concorrência, apenas no papel. Os procedimentos licitatórios eram formalmente corretos, mas desde sua origem eram ilícitos, porque a ideia desde sempre era fraudar o erário", afirmou.

31 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

## Beto discute hoje no Supremo temas de interesse do Paraná

Governador se reunirá com Joaquim Barbosa. Em pauta, o fim da guerra fiscal, mudanças no Fundo de Participação dos Estados e a criação de um TRF no estado

O governador Beto Richa (PSDB) visita hoje à tarde o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. A audiência em Brasília será pautada por temas como as mudanças no Fundo de Participação dos Estados (FPE), a edição de uma súmula vinculante contra a guerra fiscal e a criação de um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná. Amanhã, Barbosa vai realizar a abertura do ano judiciário, que deve ser marcado por novos julgamentos polêmicos, como os dos recursos dos 25 condenados por envolvimento com o mensalão, em 2012.

Richa irá ao encontro acompanhado dos secretários estaduais da Fazenda, Luiz Carlos Haully; do Escritório de Representação em Brasília, Amauri Escudero; e do procurador-geral do estado, Julio Cesar Zem Cardozo. "Será

uma visita de cortesia", descreve Haully. Ele tem defendido desde o ano passado a aprovação de uma súmula vinculante pelo STF para acabar com a guerra fiscal entre os estados.

O secretário apoia a interpretação do ministro Gilmar Mendes, que entende como inconstitucional a concessão de qualquer benefício relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sem a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária. Mendes é o autor de um texto sobre o assunto que foi levado a consulta pública em maio. A proposta sofre forte oposição de congressistas de estados favoráveis à guerra fiscal, como Goiás, Mato Grosso do Sul e Pernambuco.

As regras sobre o FPE também têm causado apreensão. Há uma semana, o ministro Ricardo Lewandowski concedeu uma liminar parcial que garante a manutenção emergencial das regras do fundo por 150 dias. As regras de distribuição do FPE foram consideradas inconstitucionais pelo STF em 2010, que estipulou um prazo até dezembro de 2012 para que novas normas fossem aprovadas pelo Congresso Nacional. A determinação, no entanto, não foi cumprida.

### Novos tribunais

Já a criação de novos TRFs, incluindo um no Paraná, é assunto de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que tramita desde 2003 no Congresso. Richa deve tentar costurar com Barbosa o apoio institucional do Judiciário a favor dos novos tribunais. A PEC só depende de aprovação pelo plenário da Câmara dos Deputados e prevê a criação de três TRFs: no Amazonas, na Bahia e no Paraná.

A ideia da proposta é diminuir o congestionamento de processos nos atuais cinco tribunais regionais federais em funcionamento no país. Outra PEC, do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), prevê a criação de um TRF apenas no Paraná. O texto está pronto para ser votado pelo plenário do Senado.

## 3 NOVOS TRFs

podem ser criados no país: no Amazonas, na Bahia e no Paraná.

# GAZETA DO POVO

» CASO CARLI FILHO

## Advogado diz que julgamento é “prematureo”

Felippe Aníbal

31 JAN 2013

O advogado Gustavo Scandelari, que integra a defesa de Fernando Ribas Carli Filho, classificou como “prematureo” o fato de a Justiça ter marcado data para o julgamento do ex-deputado. O defensor aponta que dois recursos — um interposto pela acusação e outro pela defesa — ainda não foram julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na avaliação da defesa, a apreciação dessas apelações é fundamental, porque podem mudar a forma do julgamento e as penas previstas.

“É incoerente e prematureo ele ser julgado, porque, como os recursos ao STJ ainda não foram apreciados, este julgamento pode ser considerado inócuo, gerando gastos ao poder público e prejuízo ao próprio réu”, disse Scandelari. Em 2009, Carli Filho se envolveu em um acidente de trânsito, provocando a morte de dois jovens. O ex-deputado dirigia a mais de 160 km/h e em estado de embriaguez.

De acordo com decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Carli Filho irá a júri popular no dia 26 de março, por duplo homicídio doloso eventual (quando o agente assumiu o risco de cometer o delito). Em caso de condenação, a pena prevista é de 20 anos de reclusão, com acréscimo de 50% por ter havido mais de uma vítima.

A defesa do ex-deputado entrou com recurso junto ao STJ, pedindo que Carli Filho seja julgado por duplo homicídio culposo (quando não há intenção de matar), como em um acidente de trânsito comum. Neste caso, a pena não ultrapassaria quatro anos, em caso de condenação. Por outro lado, a acusação também recorreu ao STJ, alegando que o acusado deve responder por duplo homicídio doloso eventual qualificado (por não ter dado chance de defesa às vítimas), com pena que pode chegar a 30 anos de reclusão.

Para Scandelari, haverá uma distorção se Carli Filho for julgado antes da apreciação dos recursos, pois eles estão diretamente relacionados às penas previstas.

31 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

## **Justiça ordena reparos nas pontes do ferry**

A Justiça acatou pedido do Ministério Público (MP) e ordenou reparos emergenciais nas pontes flutuantes do ferryboat que liga Matinhos a Guaratuba. A decisão foi apresentada na tarde de ontem pela juíza Giovanna de Sá Recchia. A Concessionária da Travessia de Guaratuba (CTG) tem 24 horas para iniciar a reforma nas pontes flutuantes, que dão acesso às embarcações. A empresa terá que pagar uma multa de R\$ 5 mil por dia em caso de descumprimento.

Os reparos emergenciais compreendem a solução da oxidação, ruptura e desgaste da estrutura das pontes flutuantes. Em seu parecer, a juíza aponta que a demora nos reparos “pode proporcionar danos irreparáveis aos consumidores, já que existiria risco real de desabamento, colocando em risco a segurança de todos os usuários e funcionários da empresa”.

A decisão foi baseada em documentos enviados pelo Ministério Público à Justiça. Foi encaminhada uma avaliação feita pelo engenheiro naval Geert Prange, que fez inspeção na estrutura das embarcações e concluiu que a condição das pontes flutuantes é precária e pode pôr em risco a segurança dos usuários.

Na semana passada, o pedido do MP havia sido negado por falta de sugestões de reparo na estrutura. O mesmo engenheiro da inspeção encaminhou o documento com as sugestões. Junto a ele, foi anexado relatório da CTG que lista as melhorias feitas na estrutura antes do início da temporada — e que não contemplavam as pontes flutuantes.

### **Notificações**

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná fez 43 notificações à CTG nos últimos 12 meses. Desse número, 10 geraram multa e ainda estão no prazo de pagamento. Uma delas, de R\$ 6 mil, não foi paga e entrou para a dívida ativa da empresa. Cada notificação é por motivos diferentes, desde o não cumprimento de prazos para melhorias até o transporte de caminhões com peso maior que o permitido.

31 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

>>LAPA

## Justiça solta ex-prefeito, mas acata denúncia

O ex-prefeito da Lapa Paulo Furiati (PMDB), suspeito de desviar recursos da educação durante sua gestão no município, teve seu pedido de prisão preventiva revogado ontem pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Ele deixou por volta das 16 horas a cela em que estava preso no Centro de Triagem II de Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Também ontem a Justiça acatou a denúncia do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da Promotoria de Justiça da Lapa contra Furiati e outras oito pessoas acusadas de fraudar licitações do município.

Entre as acusações a que o grupo responde estão formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e fraude em licitações. Os promotores sustentam que empresários da área educacional aliciavam prefeituras, oferecendo serviços como consultoria e pesquisas. A licitação seria direcionada a essas empresas, a preços acima dos praticados no mercado.

Procurado pela reportagem, o advogado de Furiati, Claudio Dalledone Júnior, informou que ainda não tinha conhecimento sobre a aceitação da denúncia e que, portanto, preferia não se pronunciar sobre o assunto.

### Fiança

Com a investigação concluída e acatada pela Justiça, Furiati deve responder ao processo em liberdade. O desembargador do TJ José Carlos Dalacqua, que anteriormente havia negado outro habeas corpus ao político, estabeleceu fiança de R\$ 27.120 (quarenta salários mínimos) para que o ex-prefeito fosse solto.

Além da fiança, outras medidas foram impostas para que o ex-prefeito permaneça em liberdade, como a proibição de entrada de Furiati na prefeitura da Lapa para evitar que ele tenha acesso a documentos dos contratos firmados durante sua gestão — que são alvo de apuração judicial. Furiati também terá seus meios de comunicação (como telefone) monitorados, está proibido de manter contato com outros investigados e não pode deixar a comarca por mais de sete dias sem comunicar a Justiça e obter autorização para se ausentar.

### COMPRA DE VOTOS

#### Justiça cassa mandato dos prefeitos de Inajá e Boa Esperança

Os mandatos dos prefeitos e dos vice-prefeitos de Inajá, no Noroeste do Paraná, e de Boa Esperança, no Centro-Oeste do estado, foram cassados pela Justiça Eleitoral. Eles foram condenados pela prática ilícita de compra de votos durante as eleições municipais de 2012. Como eles podem recorrer da decisão, permanecem nos cargos. O prefeito e o vice-prefeito de Inajá, Alcides Elias Fernandes (PP) e Aldo Hashimoto (PMDB), respectivamente, tiveram os mandatos cassados pela juíza eleitoral Bianca Bizetto, da comarca de Paranacity. "Já estamos recorrendo. Essa decisão foi baseada em denúncias falsas", disse o prefeito. "O julgamento deve demorar de quatro a oito meses. Até lá, continua tudo normal na cidade", complementou o advogado Reginaldo Moron. A situação é semelhante à de Boa Esperança, onde o juiz eleitoral, Marcel Ferreira dos Santos, da comarca de Mamborê, acatou a denúncia de captação irregular de votos contra o prefeito Cláudio Gotardo (PSDB) e o vice Osmar Bonomo (PTB). De acordo com a denúncia, os então candidatos à prefeitura teriam angariado votos em troca de ajuda de custo com material de construção. "Vamos recorrer da decisão já que entendemos que a Justiça não avaliou bem as supostas provas", afirmou o advogado do prefeito e do vice-prefeito de Boa Esperança, Luiz Alfredo.

31 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### **Posse**

A nova direção do Tribunal de Justiça do Paraná toma posse amanhã. O desembargador Clayton Coutinho de Camargo é quem assume a presidência do Judiciário paranaense. Eleito em novembro, ele substituirá Miguel Kfoury e ficará no cargo pelos próximos dois anos.

31 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

## BESSA

### **Carreira bem orientada**

Ainda há vagas para o curso de preparação à magistratura, ofertado pela Escola da Magistratura do Paraná, que inicia em 18 de fevereiro. Para ingressar no curso, que tem turmas de manhã e à noite, é preciso ser bacharel em Direito ou estar concluindo a graduação até fevereiro. Os núcleos do Interior Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e Pato Branco também oferecem o curso, que é habilitado junto ao Conselho Estadual de Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior como pós-graduação lato sensu.



No Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar as inscrições estão abertas para os cursos de Pós-Graduação em Direito Administrativo e Direito Processual Civil, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

### **LEITORES**

“É frustrante ver o motorista deixar a delegacia, ainda cambaleante, depois de pagar fiança.” **Altayr Bail.**

#### **Maus motoristas**

Animadora a reportagem sobre o número de condenados por dirigir sob efeito do álcool e causar acidentes com morte (**Gazeta**, 26/1). O resultado seria ainda melhor se a legislação não permitisse o pagamento de fiança nesses casos. É frustrante ver o motorista deixar a delegacia, ainda cambaleante, depois de pagar fiança. Sem fiança, o motorista teria mais tempo de prisão para refletir. É tão difícil acrescentar este “pequeno detalhe” na Lei Seca?

**Altayr Bail**, Ponta Grossa – PR

31 JAN 2013

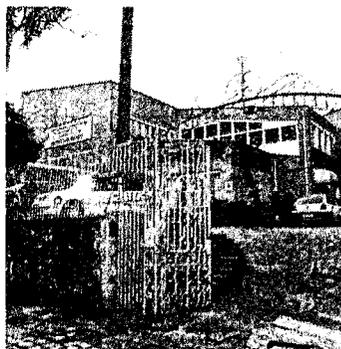
# GAZETA DO POVO

## COORDENAÇÃO

### Paraná cria órgão para padronizar atendimento em delegacias da mulher

O governo do Paraná anunciou nesta semana a criação da Coordenação das Delegacias da Mulher (Codem), que terá como objetivo padronizar procedimentos técnicos e operacionais nas delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência. A medida foi tomada após ter se tornado público o caso de uma enfermeira que sofreu estupro coletivo em Curitiba e que afirma não ter sido atendida pela Delegacia da Mulher da capital.

O governo do estado informou



Delegacia da Mulher na capital.

que a Codem será vinculada à estrutura organizacional da Polícia Civil, que designará um delegado para ficar à frente da unidade. O novo órgão coordenará as 16 delegacias da mulher instaladas no Paraná.

## CARNAVAL

### Curitiba lança campanha contra exploração sexual

A prefeitura de Curitiba lança amanhã a Campanha de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval de 2013. O tema será "Carnaval é diversão. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Faça parte do bloco do bem. Denuncie". Serão realizadas abordagens em conjunto com o Conselho Tutelar e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), com o envolvimento de diversas secretarias



Ação para estimular denúncia.

municipais, polícia, promotores públicos e instituições que trabalham na área da infância e juventude. Denúncias de exploração sexual podem ser feitas pelos telefones 100 e 156 ou diretamente nos Conselhos Tutelares.

## OAB elege hoje novo presidente

O novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) será conhecido hoje, após a eleição nacional da entidade. É o primeiro bate-chapa em 15 anos, período durante o qual o presidente foi escolhido em chapa única. Dois candidatos disputam o cargo: Alberto de Paula Machado, advogado trabalhista e ex-presidente da seccional do Paraná da OAB; e Marcus Vinícius Furtado Coêlho, advogado do Piauí especializado na área eleitoral. O novo presidente da Ordem vai comandar a entidade pelo triênio 2013-2015.

A atual eleição foi marcada por denúncias envolvendo integrantes das duas chapas. No caso da chapa de Machado, a denúncia envolve o candidato a tesoureiro da OAB, Ercílio Bezerra de Castro Filho. Já Coêlho é ele próprio alvo de várias suspeitas, envolvendo, por exemplo, conluio, improbidade administrativa e suposta violação do estatuto da OAB. Além disso, ele ainda é conhecido por ter prestado serviços a controversas figuras políticas: foi advogado eleitoral de Roseana Sarney (PMDB), levando-a ocupar o cargo de governadora do Maranhão, e do ex-prefeito de Antônio Almeida (PI), Alcebíades Borges do Rêgo (PSDB), tucano cassado em seu terceiro ano de mandato.

### SUSPEITAS

Confira quais são as acusações que envolvem as duas chapas que concorrem à presidência da OAB.

#### Marcus Vinícius Furtado Coêlho

» Coêlho responde a ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Piauí (MP-PI) por ter recebido R\$ 42,3 mil da prefeitura de Antônio Almeida (PI) sem ter prestado serviços. Ele nega e diz que prestou serviços de processos judiciais e consultoria ao município.

» O advogado é acusado de conluio com o desembargador piauiense Antonio Peres Parente, investigado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O desembargador foi afastado pelo CNJ por envolvimento em sentenças parciais e milionárias. Coêlho defendeu uma das partes de processos investigados pelo conselho. Ele não comentou as acusações de conluio.

» Reportagem de ontem da *Folha de S. Paulo* apontou um conflito de Coelho com o artigo 17 do Estatuto da OAB, criado pela Lei Federal 8.906, de 1994. O advogado pediu o desma-

tamento de uma fazenda no Piauí, registrada como de propriedade de seu escritório, para o plantio de soja. O estatuto diz que os escritórios não podem ter atividades estranhas à advocacia. Coêlho diz que não houve o desmatamento e que a iniciativa visava a valorizar o terreno, e não explorar comercialmente a fazenda.

» A mesma reportagem da *Folha de S. Paulo* também revela que Coêlho é acusado pelo agricultor Manoel Correa de Souza de ter tomado dele uma fazenda de cerca de 2.000 hectares em Baixa Grande do Ribeiro (PI). Correa de Souza relata que o escritório foi contratado para regularizar a área e, no fim do processo, ficou com a fazenda. Coêlho afirma que nunca teve cliente com esse nome.

#### Alberto de Paula Machado

» Ercílio Bezerra de Castro Filho, tesoureiro da chapa, responde judicialmente por improbidade administrativa na Justiça de Tocantins. Ele teria participado no desvio de pouco mais de R\$ 1 milhão da Unirg, fundação pública de ensino de Gurupi, cidade do interior daquele estado. O tesoureiro atribuiu o processo a uma retaliação do Ministério Público.

31 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

» CASO PATRÍCIA ACIOLI

## PMs acusados de matar juíza são condenados

Policiais foram sentenciados a mais de 20 anos de cadeia em regime fechado

Três policiais militares acusados pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli, em agosto de 2011, foram condenados ontem. Júnior Cezar de Medeiros foi sentenciado a 22 anos e seis meses; Jefferson de Araújo Miranda foi condenado a 26 anos e Jovanis Falcão recebeu uma pena de 25 anos. Todos deverão cumprir as penas em regime fechado.

A juíza Patrícia Acioli foi executada em frente a sua casa, em Niterói, na região metropolitana do Rio, com 21 tiros. Em dezembro, Sérgio Costa Júnior, outro réu do caso, foi condenado a 21 anos de reclusão.

Ontem, 13 testemunhas e dois informantes foram ouvidos pelo juiz Peterson Barroso Simão, que presidiu o júri. Os réus prestaram depoimento e negaram envolvimento no crime. A principal testemunha, que prestou depoimento ontem, foi a advogada Ana Cláudia Abreu Lourenço. Ela relatou que avisou aos réus, pouco antes do crime, que a juíza havia decretado a prisão dos três.

Lourenço também contou que incentivou o réu Jefferson de Araújo Miranda a fazer a delação premiada quando esteve com ele na Delegacia Antissequestro e acredita que ele tenha negado o depoimento anterior em função de ameaças. "O que eu posso dizer é que alguém, no meio do caminho, o fez voltar atrás da verdade", concluiu.

O primeiro a depor foi o delegado Felipe Ettore, que presidiu o inquérito sobre a morte da juíza na Delegacia de Homicídios do Rio. O delegado afirmou ao juiz que "os três tinham ciência do assassinato da juíza Patrícia Acioli, desde o início do plano até o seu desfecho final".

Ettore relatou ainda que o depoimento prestado sob o benefício da delação premiada por Jefferson Miranda, durante o inquérito, foi totalmente espontâneo e que, naquele momento, a investigação já estava quase chegando ao fim. "A nova sistemática que ele deu foi o diálogo entre o Benitez e o coronel Claudio sobre a morte da juíza", completou.

Outra testemunha foi o promotor Paulo Roberto Mello Cunha, que atuava na 4.ª Vara Criminal de São Gonçalo. Ele lembrou que, desde 2008, estava sendo feito um trabalho conjunto de verificação e denúncia de autos de resistência supostamente forjados por policiais do 7.º Batalhão da PM em São Gonçalo.

31 JAN 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Abagge terá que voltar a Guaratuba

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que Beatriz Cordeiro Abagge seja afastada do cargo de terapeuta ocupacional no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A servidora é concursada da prefeitura de Guaratuba, mas estava cedida a um juizado especial, onde atendia presos que cumprem penas alternativas. Com a decisão, ela deve retornar ao seu cargo de origem, no litoral do estado.

Beatriz é condenada em segunda instância pela morte de Eyandro Ramos Caetano, em suposto ritual de magia negra, em Guaratuba, em 1992. O advogado de defesa de Beatriz, Adel El Tasse, lembrou que ainda restam recursos a serem apreciados em instâncias superiores. Por conta disso, não haveria motivos técnicos que justificassem o afastamento dela do cargo no TJ-PR.

#### **Unânime**

A decisão do CNJ foi tomada a partir da solicitação à Corregedoria Nacional de Justiça, pelo engenheiro civil Diógenes Caetano Filho, parente do menino Eyandro. O pedido foi acolhido por unanimidade pelos conselheiros.

31 JAN 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

**Eleição** |

Situação complicada em Colombo. Prefeita impedida de assumir o cargo e vereadores podem ser destituídos

# Nada resolvido

**M**ais de três meses após as eleições municipais, Colombo ainda vive impasse em relação ao número de vereadores eleitos para atual administração. No pleito do ano passado, o município elegeu 21 parlamentares com base na lei, aprovada em 2010, que permitia o aumento de 13 para 21 no número de cadeiras na Câmara.

Porém, após ação popular foi movida contra o aumento, a juíza Letícia Zéto-la Portes considerou a ampliação de vagas ilegal, exigiu anulação da emenda e determinou a diplomação de 13 vereadores. Apesar da decisão, 21 foram empossados pela Justiça Eleitoral. Diante da situação, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) enviou duas notificações à Câmara, exigindo o cumprimento da decisão judicial e que os parlamentares excedentes sejam destituídos dos cargos.



**Bete: Incertezas.**

O presidente interino da Câmara, vereador Sérgio Pinheiro, que é um dos 21 empossados, afirma que os parlamentares foram diplomados de maneira legal pela Justiça Eleitoral, mas diz que aguarda o fim do impasse.

### Ficha limpa

Além das incertezas que rondam a Câmara de Colombo, a eleição também não terminou para a candidata eleita Bete Pavin (PSDB). Ela foi impedida de assumir o cargo após a Justiça Eleitoral detectar problema em relação à Lei da Ficha Limpa. Enquanto aguarda o caso ser julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, o vereador José Renato Strapasson (PTB), eleito presidente da Câmara na primeira sessão do ano, assumiu o cargo interinamente, até o julgamento da ação contra Pavin.

O MP-PR já declarou que qualquer decisão tomada pela Câmara durante o impasse, inclusive a eleição de Strapasson ao cargo máximo da Casa é de caráter nulo e ilegal. Caso as decisões contra o aumento do número de vereadores e a eleição de Pavin não se alterem, Colombo terá que chamar novas eleições, para escolher novo prefeito e vereadores.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Justiça acolhe denúncia de fraudes contra Furiati

A Justiça da Lapa acolheu uma denúncia do Gaeco contra nove pessoas investigadas por fraudes em licitações. Entre os acusados está o ex-prefeito do município, Paulo Furiati (PMDB), que pagou fiança de R\$ 30 mil para ser libertado da cadeia.

A denúncia do Gaeco, órgão do Ministério Público do Paraná, foi fundamentada em evi-



**I** Furiati saiu ontem de prisão, depois de pagar fiança

dências coletadas ao longo da Operação Quadro Negro, que contou com apoio dos Gaecos de Santa Catarina, Distrito Federal e Minas Gerais. No Paraná, as apurações ficaram por conta das promotorias da Lapa, Araucária, Palmeira e Sarandi - localidades em que também foram encontradas suspeitas de irregularidades pelo mesmo esquema.

31 JAN 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RESOLUÇÃO 156/CNJ

# Ministro cobra cumprimento da Ficha Limpa no Judiciário

Ministro concedeu mais 30 dias para 10 tribunais informarem ao CNJ recadastramento de servidores

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa, cobrou, nesta terça-feira (29/1), de tribunais de todo o país o cumprimento da Resolução 156/CNJ, conhecida como Ficha Limpa no Judiciário. Em ofício enviado às Cortes, o presidente ampliou o prazo para que os tribunais cumpram as exigências da norma aprovada pelo Plenário do CNJ, em agosto do ano passado.

Até a última segunda-feira (28/1), três tribunais comunicaram ao CNJ já terem atendido a todos os artigos da Resolução 156/CNJ, antes mesmo do prazo final fixado originalmente para cumprimento integral da norma, que termina em fevereiro de 2013. São eles: os Tribunais Regionais do Trabalho da 11ª (AM/RR) e da 21ª (RN) Regiões e o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR).

Além desses, outros 31 tribunais informaram já terem realizado o recadastramento e analisado a documentação dos servidores ocupantes de cargo de confiança ou comissão, dentro do prazo estabelecido pela resolução. Esse

prazo expirou na primeira quinzena deste mês. "O CNJ determinou que todos os tribunais informassem o andamento da implementação das medidas de Ficha Limpa. O fato é que existe um número expressivo de tribunais dos quais ainda não temos essas informações", afirmou o conselheiro Bruno Dantas, que foi o autor da proposta de resolução de Ficha Limpa para o Judiciário.

No despacho, o ministro Joaquim Barbosa concedeu mais 30 dias para 10 tribunais informarem ao CNJ sobre o recadastramento de "servidores ocupantes de cargos em comissão ou função comissionada e análise dos documentos apresentados". Essas cortes solicitaram o adiamento do prazo para a prestação dessas informações ao CNJ por conta de dificuldades enfrentadas no procedimento. "Alguns tribunais apontaram dificuldades técnicas no recadastramento e, por isso, o CNJ decidiu conceder prazos adicionais", explica Bruno Dantas. O novo prazo começa a contar a partir do momento em que o Tribunal receber a intimação eletrônica.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Editora Bonijuris lança nova revista

31 JAN 2013

*Por Emelin Leszczyński*

Grande parte da população urbana vive em condomínios no Brasil, casas, sobrados ou apartamentos. Quem mora em condomínio, sabe que conviver com outras pessoas no mesmo espaço, demanda certo jogo de cintura, tranqüilidade e respeito mútuo. E é esse o objetivo da criação da nova revista Direito e Condomínio, da editora Bonijuris.

A advogada Olga Krieger pergunta: "Por que falar da vida em condomínio sob o olhar do direito? Porque, para alcançarmos a convivência em harmonia, precisamos respeitar regras impostas a todos os condôminos. No entanto, para respeitar é preciso entender o que dizem os códigos, as leis, a convenção de condomínio e o regimento interno. E esse é justamente o problema enfrentado por muitos: como interpretar a difícil linguagem jurídica", esclarece Krieger.

A revista visa descomplicar os documentos legais e jurídicos sobre condomínio e transformar o conteúdo em textos de leitura agradável e compreensível.

Nesta primeira edição algumas matérias são destaques: Furtos e roubos de veículos no interior do condomínio e o dever de indenizar; Penhora de bem de família por dívida de condomínio; Regras básicas do prédio; Exames médicos nos empregados do condomínio; A cobrança correta da tarifa de água e esgoto no condomínio, entre outras.

### Sobre a Editora:

Com vinte e quatro anos de experiência no mercado, a Editora Bonijuris publica mensalmente a Revista Bonijuris e trimestralmente Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo. Ambas voltadas a desembargadores, juízes, procuradores, advogados, estudantes de direito, entre outras.

31 JAN 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Presidente da OAB afirma lamentar nível da campanha

**Disputa repetiu práticas da política partidária tradicional, diz Ophir Cavalcante**

**Com duas chapas pela 1ª vez em 15 anos, Furtado Coêlho e Alberto Machado disputam eleição hoje**

Numa campanha que não ficou a dever à política partidária tradicional, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) escolhe hoje seu novo presidente entre Marcus Vinicius Furtado Coêlho e Alberto de Paula Machado.

Os dois candidatos representam continuidade em relação à gestão atual — Coêlho, do Piauí, é o secretário-geral, enquanto Machado, do Paraná, é o vice-presidente.

Apesar de companheiros de diretoria, a disputa entre os dois foi marcada pela ausência de um debate presencial entre eles, pela troca de acusações entre partidários de cada um e pelos relatos de supostas irregularidades sobre a trajetória de integrantes das duas chapas.

Tanto que o atual presidente da OAB, Ophir Cavalcante Junior, afirmou à **Folha** lamentar o nível da reta final da campanha — “que se vê na política partidária e que também ocorreu em algumas seccionais” nas eleições do fim do ano passado.

A votação de hoje marca a primeira disputa pela presidência da OAB nacional depois de uma rotina de 15 anos de chapas únicas.

Desde a inscrição de Coêlho em 21 de dezembro — com o apoio de mais de 20 seccionais e sem um nome de São Paulo na sua diretoria —, houve muita ação nos bastidores.

Tanto a favor dele como da opção de lançar outra chapa. No limite para inscrições, 31 de dezembro, Machado se lançou, com o apoio mínimo exigido — seis seccionais. Na sua diretoria, o paulista Guilherme Octávio Batochio como secretário-geral-adjunto. A advocacia de São Paulo corresponde a 40% da nacional.

Ao longo da campanha, surgiu a informação de que Coêlho era réu num processo por improbidade administrativa — um “fato requeitado”, segundo ele.

Em seguida, Ercílio Bezerra de Castro Filho, do Tocantins, candidato a diretor-tesoureiro na chapa de Machado, foi acusado de ter sido contratado ilegalmente para defender uma fundação pública de ensino — ele também negou irregularidades.

### MUDANÇAS

Para Cavalcante, que afirmou não ter tomado partido oficialmente na disputa por os dois candidatos terem se comprometido com medidas em defesa da advocacia, está claro que seu sucessor terá de enfrentar a mudança da forma de escolha do presidente da OAB. O assunto será tema de plebiscito na entidade.

De um universo de 750 mil profissionais no país, votam hoje em Brasília só os 81 integrantes do Conselho Federal, formado por três integrantes de cada uma das 27 seccionais eleitos em 2012.

Para Machado, há “fragilidade do processo eleitoral do ponto de vista da democracia. É lamentável, por exemplo, chegar ao dia da eleição sem um único debate”. Coêlho disse que esteve à disposição, desde que esse tipo de encontro fosse organizado por um veículo de imprensa.

O presidente da OAB negou pender para Machado, apesar de essa informação circular entre os advogados. “Esta é a primeira entrevista em que me perguntam isso diretamente”, disse.

**CONTINUA**

# 31 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### DISPUTA ACIRRADA

Votação que define presidente da OAB pelos próximos três anos será hoje, às 19h, em Brasília

#### COMO É O PROCESSO ELEITORAL

- 1** As seccionais dos 26 Estados e do Distrito Federal escolheram, cada uma, três nomes para o Conselho Federal da OAB
- 2** Na reunião de hoje, às 19h, em Brasília, o decano do conselho, Paulo Medina, de MG, preside a eleição, por voto secreto
- 3** Vence quem alcançar a maioria simples –ao menos 41 votos. A posse administrativa para o mandato de três anos é imediata



#### OS CANDIDATOS

Marcus Vinicius Furtado Coêlho, 40

Alberto de Paula Machado, 51

#### ESPECIALIDADE

direito constitucional

direito do trabalho

#### CARGO ATUAL NA OAB

secretário-geral

vice-presidente

#### ONDE ESTUDOU

Universidade Federal do Piauí

Universidade Estadual de Londrina (PR)

#### ACUSAÇÕES

Marcus Vinicius Furtado Coêlho foi réu num processo por improbidade administrativa, acusado de ter recebido R\$ 42,3 mil da Prefeitura de Antonio Almeida (PI) sem ter prestado serviços –o que ele nega

Ercílio Bezerra de Castro Filho (TO), candidato a tesoureiro na chapa de Machado, foi acusado de ter sido contratado ilegalmente para defender uma fundação pública de ensino –ele nega irregularidades

#### A OAB EM NÚMEROS

**750 mil**  
advogados em atividade\*

**R\$ 700**  
Anuidade cheia\*

**R\$ 30 mi**  
Orçamento em 2012

CONTINUA

31 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO  
ANTONIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

## Ordem deve explicar à sociedade qual é a missão do advogado

A advocacia brasileira passa por uma crise sem precedentes. Crescemos assustadoramente em número e perdemos em respeito e credibilidade. Nesse quadro, novos dirigentes assumirão a Ordem federal em breve.

A grande questão é saber se os colegas que nos dirigirão estão conscientes do caminho a ser trilhado para a plena valorização da profissão. Uma primeira observação que ouso fazer diz respeito ao fato de que a advocacia nunca precisou tanto de uma Ordem que explique à sociedade qual é a sua missão institucional e o seu papel social. Dessa forma estará também combatendo as distorções existentes quanto às nossas funções e demonstrando que somos efetivamente imprescindíveis à administração da Justiça. A entidade deverá ter papel primordialmente pedagógico.

Dizem que somos cidadãos como outros quaisquer. Não, não somos. Obviamente não somos nem melhores nem piores do que os demais. Somos diferentes, em razão exatamente da nossa missão.

O advogado é o profissional cidadão que assume o direito de postular em nome de terceiros. Ele é o elo entre a população e a Justiça. É o transmissor dos direitos e dos interesses alheios não satisfeitos para que o juiz possa dizer o direito, pondo fim a um conflito concreto.

Somos a voz de quem não a tem. Depositários das angústias e das esperanças de

terceiros, batemos à porta do Judiciário, que é um poder inerte, para provocar a sua atuação. E só nós exercemos tal mister.

Somos aqueles que são chamados ("ad-vocare"), e que emprestam a sua palavra, inteligência e coragem para socorrer os desvalidos de voz e de vez. Nesse ponto reside toda a beleza, grandeza e dignidade da profissão.

Espero com ardor que os novos dirigentes persigam o elevado desiderato de recolocar a advocacia nos patamares de valorização e respeito a que faz jus. Devem eles advogar a causa da advocacia, pois assim estarão atendendo aos anseios de cada cidadão, de toda a sociedade e da própria nação. Sem advocacia não há democracia, não há Justiça e não há liberdade.

**ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA** é advogado criminalista e foi presidente da seccional da OAB em São Paulo por duas gestões, entre 1987 e 1990.

31 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Bombeiros vetam ida de Dilma à sede da OAB

Normas não são atendidas, dizem;  
presidente da Ordem classifica laudo como 'desrespeito'

Depois do incêndio em Santa Maria, a Presidência da República decidiu vetar a ida da presidente Dilma Rousseff a um evento na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília, porque o local não atendia plenamente as normas de segurança contra incêndio e pânico.

Os bombeiros vistoriaram o prédio da OAB, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, para a visita presidencial, prevista para ontem.

De acordo com o parecer dos bombeiros, "o local não oferece as condições mínimas de segurança contra incêndio e pânico, conforme legislação em vigor".

Segundo o laudo, ao qual a **Folha** teve acesso, os bombeiros identificaram a necessidade de instalar no prédio sistemas de sinalização contra incêndio e pânico e de iluminação de emergência.

Depois de uma reunião com representantes da Presidência, a organização do evento comunicou à Ordem que a homenagem às vítimas do nazismo seria transferida para um hotel, também na capital federal.

### 'DESRESPEITO'

Dilma era a principal convidada do evento. De acordo com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o laudo apontou que o local não atendia plenamente às condições de segurança.

O presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, classificou a avaliação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal de que o prédio não tinha segurança para receber a presidente como "desrespeito" à entidade. De acordo com ele, a Ordem cumpre "rigorosamente a lei".

"O prédio tem habite-se, temos um plano de segurança renovado pelo Corpo de Bombeiros", afirmou o dirigente da OAB.

31 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça tira MRV de lista de trabalho escravo

O Superior Tribunal de Justiça determinou a retirada do nome da MRV Engenharia do cadastro do Ministério do Trabalho de empregadores que submeteram funcionários a condições análogas às da escravidão, informou ontem a empresa, que teve uma de suas filiais incluída na lista em dezembro.

### PAINEL

**Profilaxia 1** Pivô do mensalão mineiro, a ser julgado pelo STF neste ano, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse à revista "Encontro" que a corte teve posição "dura" no julgamento do escândalo congênere do PT.

**Profilaxia 2** Evocando o caso de Suzane Richthofen, condenada por matar os pais, o deputado disse ver "discrepância" na punição imposta aos petistas. "Proporcionalmente, [ela] teve pena menor que alguns dos envolvidos no mensalão", comparou.

### PAINEL

**Nem vem** Integrantes do STF afirmam, no entanto, que, assim como Duda Mendonça, que tenta desbloquear seus bens após também ser absolvido no julgamento, Rocha terá de esperar a publicação do acórdão para solicitar o documento no tribunal.

31 JAN 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### TJ determina libertação de suspeito de homofobia

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou ontem a libertação do personal trainer Diego Mosca Lorena de Souza, um dos dois acusados de agredir o estudante de Direito André Cardoso Gomes Baliera, que denuncia ter sido vítima de homofobia. O suspeito seria solto até a manhã de hoje. Souza foi preso em flagrante por tentativa de homicídio com o estudante Bruno Protieri, pouco após o espancamento, ocorrido no dia 3 de dezembro, na Rua Henrique Schaumann, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. A decisão judicial também deverá beneficiar Portieiri.

No pedido de habeas corpus que levou à Justiça, o advogado do personal trainer, o criminalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, alegou que os laudos periciais pedidos pelas autoridades que investigam o caso não foram concluídos.

“Não há elementos que definem se houve mesmo tentativa de homicídio ou foi só (um caso de) lesão corporal”, disse.

Ao conceder a liminar que autorizou a libertação, o desembargador Newton Neves afirmou que existe um conflito sobre o tipo de acusação que pesa sobre os dois. Para o magistrado, “é preciso cautela e análise de fundo dos documentos e teses apresentadas, a fim de se evitar prejuízo a ampla defesa e contraditório o que, por si só, justifica a concessão da liminar pleiteada”.

Para justificar o habeas corpus, Mariz de Oliveira também argumentou que os dois acusados têm emprego fixo e residência conhecida. “Além disso, acrescentei ao pedido um abaixo assinado com 300 assinaturas de pessoas que conhecem os dois e os defendem”, afirmou.

**Indignação.** Baliera, que estuda no Largo de Francisco, disse que não há o que contestar na decisão da Justiça. “O que me incomodou profundamente foi a argumentação dos advogados. Além de vítima, agora sou transformado em mentiroso, como se não fosse horrível o suficiente apinhar na rua”, afirmou. Ele disse que desde a agressão evita passar no local do incidente, próximo de sua casa. “Eu já evitava a rua e não sei se terei coragem de ir trabalhar normalmente amanhã (*hoje*).”

31 JAN 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Elize Matsunaga confirma a juiz que matou o marido

A bacharel em Direito não respondeu às perguntas do Ministério Público sobre o assassinato do executivo da Yoki

A bacharel em Direito Elize Araújo Kitano Matsunaga, de 31 anos, confirmou ontem em juízo que matou e esquartejou o marido, o diretor executivo da Yoki, Marcos Kitano Matsunaga. Foi a primeira vez em que a ré falou ao juiz Adilson Paukoski Simoni, da 5ª Vara do Júri da capital. Ela se recusou a responder as perguntas da acusação e a defesa se absteve de questioná-la.

Elize usava camiseta vermelha, calça cáqui, chinelos e rabo de cavalo. Ela foi ouvida por 2 horas e 20 minutos, chorou em alguns momentos e reafirmou que, em 19 de maio, matou e esquartejou o marido após uma discussão, em que foi ameaçada de perder a guarda da filha, ofendida e levou um tapa.

O advogado de defesa, Luciano Santoro, disse que a ré se recusou a responder ao promotor José Carlos Cosenzo (um direito constitucional) porque a tese da acusação, de que ela premeditou o crime e contou com a ajuda de outras pessoas, não é real. “Ela só vai responder para quem estiver interessado em saber a verdade, não para quem está aqui para provar algo com o qual a defesa não coaduna, nem concorda. Não vai responder para o promotor. Ele que comprove a tese da forma como quiser, mas não com a minha cliente”, disse.

Santoro afirmou que Elize matou o marido movida pela emoção. “Quando se inicia a discussão, Marcos dá um tapa nela e continua a ofendê-la. Ela busca a arma, se arrepende, mas já é tarde. O Marcos está atrás dela, continua as ofensas e ela atira”, disse. Segundo o advogado, Elize

não disparou por ciúmes, por ter descoberto que o executivo tinha uma amante. “O caso extracônjugal serviu apenas para iniciar a discussão.”

**Acusação.** Cosenzo lamentou não ter tido oportunidade de questionar Elize. “Ela não conseguiria, em hipótese alguma, responder a 10% daquilo que eu fosse indagar”, disse o promotor. “Ela se limitou, claramente, a repetir o que já disse. Faz 90 dias que ela está ensaiando isso lá no ‘presídio de Caras’ (a Penitenciária de Tremembé, onde estão presos ‘famosos’, como Suzane Von Richthofen).”

Segundo Cosenzo, a defesa pretende sustentar a tese de que Elize agiu sob violenta emoção para caracterizar um “homicídio privilegiado” – e conseguir a redução de um sexto a um terço da pena. “Tenho certeza absoluta de que houve premeditação. Ela se preparou com antecedência, colocou uma pessoa (que seria um detetive) para monitorar os passos dele”, disse o promotor, para quem a ré contou com a ajuda de uma ou mais pessoas ao matar e esquartejar o marido.

O juiz aguarda, agora, a exumação do corpo do executivo, pedido pela defesa, que contesta a versão do perito Jorge Pereira Oliveira, de que ele estava vivo quando foi esquartejado. Depois disso, fará sua pronúncia. Em princípio, Elize deverá ir a júri popular entre o fim deste ano e o começo de 2014.

31 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

# 81 conselheiros elegem hoje presidente da OAB

Entidade que representa 750 mil advogados escolhe, entre um candidato do Piauí e outro do Paraná, quem a comandará pelos próximos três anos

Oitenta e um conselheiros da OAB federal escolhem hoje quem presidirá, pelos próximos três anos, a entidade que representa 750 mil advogados de todo o País, após uma disputa aberta que pôs fim a quinze anos de chapa única e atraiu o interesse da classe.

As duas chapas de olho na entidade que administra um orçamento anual de R\$ 30 milhões e já comandou campanhas como a que pedia o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, nos anos 90, têm entre seus integrantes réus por improbidade administrativa.

Marcus Vinicius Furtado Coêlho, secretário-geral e candidato à presidência do Conselho Federal da Ordem, responde por improbidade e é alvo de documentos que o relacionam à tentativa de regularizar terras devolutas em nome de seu escritório no sul do Piauí, Estado onde trabalha.

O adversário de Coêlho, o vice-presidente Alberto de Paula Machado, natural do Paraná, também tem como candidato a diretor tesoureiro de sua chapa um réu em ação penal por improbidade.

Coêlho tentou, desde 2011, costurar uma candidatura única em torno de seu nome, sem conseguir. A OAB-SP, que reúne um terço dos advogados do País, se viu escanteada de sua chapa e, ao lado de outros Estados insatisfeitos, apoiou a candidatura alternativa de Machado.

Em dezembro de 2011, o conselheiro federal pela OAB-RJ Carlos Roberto Siqueira Castro divulgou texto afirmando que a vitória de Coêlho significaria a "sarneyização" da OAB. Coêlho advogou para Roseana Sarney (PMDB) em 2009, na ação que

resultou na cassação do então governador Jackson Lago (PDT), e assina uma coluna no jornal *Meio Norte*, cujo grupo tem entre um dos sócios Fernando Sarney, filho do presidente do Senado.

**Atividade agrícola.** Em 2011, o escritório de Coêlho obteve autorização da Secretaria do Meio Ambiente do Piauí para desmatar vegetação e promover atividade agrícola em uma fazenda do próprio escritório em Baixa Grande do Ribeiro, sul do Estado.

O estatuto da OAB proíbe, em seu artigo 16, que sociedades de advogados realizem "atividades estranhas" à advocacia. Coêlho sustenta que a fazenda jamais foi explorada comercialmente e que pediu a autorização para que ela fosse considerada "perfeitamente regular".

**Manifestos.** Nesta semana, Coêlho obteve o apoio do juiz Márlon Reis, um dos organizadores da campanha Ficha Limpa, em gesto recebido com ressalvas na advocacia. Reis divulgou um texto no qual externava "respeito e admiração" por Coêlho e seu "abnegado civismo". Ao *Estado*, o juiz disse que não sabia que Coêlho responde a ação de improbidade, mas afirmou que o fato não mudava a sua opinião.

Em resposta à carta do juiz, o conselheiro federal pela OAB do Paraná, Hélio Gomes Coelho Júnior, afirmou que Reis protagonizava "um inédito e intolerável experimento em assunto próprio dos advogados e da advocacia".

Ontem, Coêlho fez circular outro manifesto em sua defesa, assinado pelo advogado paulista Celso Antonio Bandeira de Mello.

**Improbidade.** Coêlho é acusado pelo Ministério Público de ter sido contratado pela Prefeitura de Antônio Almeida (PI) para repre-

sentar a cidade em ações judiciais, mas não ter prestado serviço algum. A Promotoria argumenta que o então prefeito Alcebíades Borges do Rêgo (PSDB) contratou Coêlho para defendê-lo em ações de cunho particular, na área eleitoral, mas o remunerou com recursos públicos. Coêlho nega as acusações e apresentou certidões que confirmam sua atuação em dez processos. A Justiça do Piauí rejeitou a denúncia penal contra Coêlho, mas a ação civil ainda aguarda julgamento.

Na outra chapa, o candidato a diretor tesoureiro de Machado, Ercílio Bezerra, também é réu por improbidade em ação penal na Justiça de Tocantins (TO). Atual presidente da OAB-TO, ele foi acusado de prestar serviços sem licitação a uma fundação municipal da cidade de Gurupi (TO). Ele afirma que seu contrato é regular e que conseguiu cancelar um débito de R\$ 12 milhões da fundação.

**CONTINUA**



**Eleição.** Coelho (à esquerda) e Machado, candidatos a comandar a Ordem, têm suas chapas envolvidas em denúncias

## **POR DENTRO DA OAB**

● O que está em jogo na eleição marcada para hoje

### **750 mil**

É o número de advogados, em todo o País, filiados à Ordem dos Advogados do Brasil

## **Entenda como funciona**

**1.** Como esse número é distribuído entre os Estados

**32%**  
estão em SP

**16%**  
no Rio

**10%**  
Minas

**2.** Orçamento anual  
R\$ 30 milhões

**3.** Como é financiada  
Recebe 10% das anuidades pagas pelos advogados que, em média, é de R\$ 750

**4.** Quantos cargos estão em disputa hoje

Cinco. Os cargos não são remunerados:

- Presidente
- Vice-presidente
- Secretário-geral
- Secretário-geral adjunto
- Diretor tesoureiro

**5.** Quem vota  
81 conselheiros federais, sendo três de cada Estado  
A votação é secreta

**6.** Influência  
Neste ano, nomeará dois conselheiros para o CNJ

● Indica nomes para o quinto constitucional, mecanismo que prevê que 1/5 dos membros dos tribunais brasileiros sejam compostos por advogados e membros do Ministério Público

● Historicamente, promoveu as principais campanhas de interesse nacional, como a que pediu o impeachment de Collor

# O ESTADO DE S. PAULO

## FÓRUM DO LEITOR

## 31 JAN 2013

### OAB Denúncias

Com relação à reportagem *Chapas da eleição da OAB têm réus por improbidade* (25/1), gostaria de esclarecer: 1) Em março de 2009 meu escritório, Furtado Coelho Consultoria e Processos, firmou contrato com o município de Antônio Almeida (PI), com duração de dez meses, para atuar em processos judiciais e prestar serviços de consultoria. 2) A contratação foi realizada na forma da lei. Importante ressaltar que o contrato de prestação de serviços jurídicos com órgão público sem licitação é considerado lícito pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como consta da Súmula n.º 04/2012/COP. 3) O escritório atuou em oito processos da prefeitura, além de prestar serviços de consultoria. Recebeu R\$ 42.350, o que equivale a R\$ 4.235 mensais. 4) Ação criminal, com idêntica acusação, foi arquivada pelo Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), que a considerou improcedente. 5) Jamais fui investigado, denunciado ou acusado de “conluio” com nenhum desembargador do TJ-PI. Jamais houve levantamento algum de dinheiro da empresa Basf e há mais de quatro anos, desde que fixei residência em Brasília, não advogo nesse processo. 6) Por último, peço que o **Estado**, pelo qual tenho grande consideração, entre em contato comigo antes da publicação de supostas denúncias para que eu possa apresentar minha defesa, o que, infelizmente, não ocorreu em relação à reportagem,

**MÁRCUS VINÍCIUS COELHO, secretário-geral da OAB**  
Brasília

*N. da R. – O secretário-geral da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, foi procurado pela reportagem em duas ocasiões. As conversas estão gravadas. Apesar de a denúncia penal ter sido rejeitada (o que é informado na matéria), a ação civil segue tramitando. Coelho advogou contra a Basf na ação que levou à abertura, pelo Conselho Nacional de Justiça, de processo disciplinar contra o desembargador Antônio Peres Parente por suspeita de favorecimento do seu cliente. O magistrado foi afastado preventivamente em 2010, mas o processo disciplinar foi arquivado em março de 2011, sem decisão terminativa.*

### SÔNIA RACY

● **Joaquim Barbosa** de havaianas e bermuda? O presidente do STF foi visto chegando, ontem pela manhã, assim trajado para sua sessão de fisioterapia em Brasília.

31 JAN 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Com liminar judicial, MRV sai da lista do trabalho escravo

Empresa estava desde o fim do ano passado impedida de obter financiamentos no Banco do Brasil e na Caixa

***Naiana Oscar***

A construtora e incorporadora MRV deixou a "lista suja" do Ministério do Trabalho com uma liminar concedida na noite de terça-feira pela presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon. Desde que fora incluída na lista que relaciona empresas acusadas de infringir normas trabalhistas, no dia 28 de dezembro, a MRV estava impedida de fazer novos financiamentos na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Essa foi a segunda vez que a incorporadora mineira teve seu nome incluído na lista do Ministério do Trabalho. A primeira ocorreu em junho do ano passado, depois que a fiscalização en-

**Defesa**

**MARIA FERNANDA MENIN MAIA**

DIRETORA JURÍDICA DA MRV  
"Não discutimos o mérito da fiscalização, mas o fato de não termos direito de defesa."

**"Queríamos entender os motivos que nos levaram à lista por duas vezes. Isso é inédito no setor."**

controu irregularidades em canteiros de obras em Bauru, Americana e Goiânia. Após 40 dias, a empresa conseguiu, com uma liminar judicial, ter seu nome excluído. Pela portaria que define os trâmites da lista, a incorporadora teria de esperar por dois anos, até que os fiscais comprovassem que as irregularidades foram de fato sanadas.

No fim do ano, a incorporadora foi incluída na lista novamente por irregularidades constatadas entre março e abril de 2011 nas

obras do Edifício Spazio Cosmopolitan, em Curitiba, executadas por uma empresa terceirizada, a V3 Construções. O Ministério do Trabalho autuou a MRV por 11 infrações, como manter funcionários sem registro, em alojamentos sem higiene.

A empresa alega que os problemas já foram regularizados e que a empreiteira responsável pela obra foi descadastrada. "Não discutimos o mérito da fiscalização, mas o fato de não termos direito de defesa", diz Maria Fernanda Menin Maia, diretora jurídica da MRV. "Queríamos entender os motivos que nos levaram à lista por duas vezes. Isso é inédito no setor." Segundo ela, a operação não foi prejudicada porque a empresa não chegou a lançar novos empreendimentos nas últimas semanas. Agora, a MRV pretende mobilizar o setor contra a portaria do Ministério do Trabalho. "A lista é um instrumento legítimo, o que não funciona bem é a forma com que as empresas entram e saem dela."

## MPF reforça acusação contra 'laranjas' de banco

A Procuradoria da República entregou ontem à Justiça Federal em São Paulo aditamento à denúncia contra 17 investigados por fraudes e rombo de R\$ 1,25 bilhão no Banco Cruzeiro do Sul. Em documento de 7 páginas, a procuradora Karen Kahn reorganizou trechos da acusação acolhendo despacho do juiz Márcio Catapani, da 2.<sup>a</sup> Vara Criminal Federal, que havia solicitado esclarecimentos sobre "erros materiais" na denúncia.

A Procuradoria retificou as imputações feitas inicialmente a Marcelo Xandó Baptista e Marcio Serra Dreher, cujas condutas já haviam sido descritas na denúncia, e referendou, com mais detalhes, a participação de Álva-

ro Luís Alves de Lima Otero e Amadeu Simões Lopes Azambuja "junto aos demais testas de ferro dos ex-controladores da instituição bancária, Luís Octávio e Luís Felipe Índio da Costa".

"Havia um parágrafo fora do contexto, uma simples inversão e mudei a ordem", anotou a procuradora Karen Kahn. "Mas nada disso provoca nulidade. Não altera a responsabilidade dos investigados, a conduta de cada um está descrita na denúncia. As provas estão aí."

A Procuradoria e a Polícia Federal identificaram formação de quadrilha, crimes contra o sistema financeiro, gestão fraudulenta, estelionato, apropriação indébita, caixa dois, lavagem de di-

nheiro e crimes contra o mercado de capitais. Karen Kahn destaca que o aditamento traz esclarecimentos sobre alguns pontos, mas "a convicção é a mesma, a denúncia é muito consistente".

O criminalista Roberto Podval, que defende os Índio da Costa, avalia que "o processo está nulo". Ele vai levar o caso às instâncias judiciais superiores. "Não cabe ao juiz corrigir a denúncia, ao fazê-lo, o processo está nulo. Cada um exerce o seu papel. Cabe ao Ministério Público fazer a acusação e ao juiz recebê-la ou não. Não cabe ao juiz mandar corrigir a denúncia, ele não é auxiliar do Ministério Público. Se a denúncia está errada, que a rejeite. Houve inversão de papéis."

**OAB PR**

**30/JAN/2013**

## **Colombo e Paranaguá recebem novas Varas da Fazenda Pública**

O Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba receberá Vara da Fazenda Pública e Vara da Família, em solenidade que acontece nesta quarta-feira (30) às 11h. A solenidade de instalação será conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury Neto. Colombo conta ainda com um Juizado Especial Cível e Criminal, duas Varas Cíveis, duas Varas Criminais, sendo uma da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

Também nesta quarta-feira, às 18h, o presidente do TJ conduzirá a solenidade de instalação da Vara da Fazenda Pública e 3ª Vara Cível da comarca de Paranaguá. Na ocasião, a comarca de Paranaguá será elevada à entrância final. Com a elevação da comarca e a instalação das novas Varas a prestação jurisdicional será aprimorada, beneficiando toda a população. A comarca de Paranaguá conta atualmente com um Juizado Especial Cível e Criminal; 1ª e 2ª Vara Cível; 1ª e 2ª Vara Criminal; Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

**G1**

**30/JAN/2013**

## **Justiça suspende concurso público no Paraná após suspeita de fraude**

**Concurso foi realizado em 2012 para a prefeitura de São Miguel do Iguçu. 98 funcionários foram exonerados pela Justiça.**

Com base em uma investigação do Ministério Público do Paraná (MP-PR) o Tribunal de Justiça (TJ-PR) determinou a suspensão do concurso público realizado em janeiro de 2012 para a prefeitura de São Miguel do Iguçu, no oeste do Paraná. De acordo com o órgão, as investigações apontam fraude na licitação que definiu a empresa Nader, que fez e aplicou as provas. A determinação foi imposta pela Justiça na quinta-feira (24). O concurso ofereceu 67 vagas.

De acordo com o relatório do MP, o ex-prefeito da cidade, Armando Luiz Polita, é suspeito de ter criado vínculo com a empresa contratada para o concurso e teria criado critérios que a beneficiassem. Além disso, várias pessoas que faziam parte do quadro de funcionários com cargos comissionados também teriam sido aprovadas no concurso.

Com a decisão do TJ, mais de 450 funcionários da administração passada, que estavam de férias, tiveram que antecipar o retorno ao trabalho, segundo o atual prefeito Cláudio Dutra. Parte desses trabalhadores vão ocupar as vagas de 92 aprovados no concurso e que estão afastados.

Ainda segundo as investigações, o aprovado em primeiro lugar na prova seria um dos responsáveis pela Nader. Ele obteve nota 9.8 e só não tirou nota 10.0 porque uma das questões foi anulada. Outros cinco funcionários da empresa teriam sido aprovados irregularmente.

A liminar determinou o bloqueio de todos os bens dos reus até a data do julgamento, ainda não definida. "A partir de agora esses reus serão notificados para apresentar uma resposta preliminar. Com isso, eles terão a oportunidade de apresentar alguma defesa", explica o juiz Fernando Fischer.

Em entrevista à **RPC TV**, o ex-prefeito Armando Polita disse que ainda não foi citado judicialmente e que não vai se pronunciar enquanto não souber o teor das acusações. O advogado da empresa Nader, Marcos Pôncio, disse que vai apresentar a defesa no prazo determinado pela Justiça de trinta dias.